

COLUNA DO HERÓDOTO

A Fábrica de Notícias



Heródoto Barbeiro (*)

A reportagem provocou um reboliço. Um repórter de uma pequena emissora de tevê descobriu que as barragens estavam sem fiscalização há 35 anos. Havia perigo imediato de uma catástrofe imensa.

Ele fez essa reportagem sem sair da redação. Graças às novas tecnologias digitais ele teve acesso aos relatórios e montou uma história que impactou a opinião pública norte americana. Desde o início do século 19 a reportagem passou a ser o centro do jornalismo americano, o que não se esperava era que o repórter não sáisse para a rua contrapondo um velho jargão que diz "lugar de repórter é na rua".

O resultado mostrou que ou na rua ou na redação o jornalista responsável não produz notícias falsas, não acredita na primeira que coisa que vê ou lê nas mídias sociais. Avalia corretamente o conteúdo e elimina os interesses comerciais do veículo, a contaminação política ou ideológica ou o ativismo de qualquer espécie. Não se dobra a nada que não seja a apuração correta e honesta, mesmo que contrarie as preferências do público. Essa postura não dá espaço para o que se popularizou como fake News.

No Brasil levou mais tempo para que os donos dos veículos tradicionais de comunicação deixassem de escrever colunas que eram consideradas as coisas mais importantes, como fazia o velho Assis Chateaubriand. A função do jornalista não é fabricar notícias. Ele não é um pizzaiolo que produz a encomenda de acordo com o gosto do freguês. Tem compromissos éticos e morais. Por isso as reportagens ganharam o primeiro lugar na preferência do público. Com a assinatura do jornalista que trabalhou na apuração correta. Primeiro os fatos. Isto dá aos apuradores reputação e são admirados pela dedicação e confiabilidade.

Ao seguir essas regras não

há espaço para a fake News. Não há espaço para o "tudo é relativo". Nomes, endereços, qualificativos devem estar corretos. Se houver erro, este deve ser claramente corrigido seguido de desculpas pelo engano divulgado. O que se espera do repórter é que conte o que aconteceu e não o que acha que aconteceu. Ou seja é comum que uma boa apuração vá contra suas próprias suposições. É desejável que se identifique as fontes sempre que possível. Para manter a sua credibilidade não acredita no que a fonte diz sem checar.

Se fizer isso é um otário, ou um irresponsável, como no emblemático caso da Escola Base. O que se espera é que vários pontos de vista e vários lados de uma reportagem sejam considerados. A maioria das fake news que circulam nas redes sociais não são originadas nem nos nichos de notícias, nem da ação dos jornalistas. São produzidas não se sabe por quem e divulgada à exaustão por uma legião que manipula um gadget no restaurante ou em um vagão do metrô. O público não tem a mesma responsabilidade que tem o jornalista com as fake News.

Contudo os núcleos dos partidos políticos descobriram essa "ferramenta" e a utilizam mesmo depois das últimas eleições. Há acusações de lado a lado da utilização das fake News ou para apoiar ou se contrapor ao governo. Isto não se confunde com liberdade de expressão. Mentir dolosamente e divulgar nas redes sociais nada tem a ver com a liberdade de pensamento. É pura má fé. Não se pode esquecer que os jornalistas em geral aprendem rápido e não só se vacinam contra as fake News como ajudam a desmentir o seu conteúdo. Um gesto de cidadania.

Como diz o professor Michael Schudson, "o jornalismo é o primeiro rascunho da história, e não a última palavra. Mas é o inimigo do orgulho, da pompa e ignorância, e, portanto um bom amigo do povo".

(*) - É editor-chefe e âncora do Jornal da Record News em multiplataforma.

Governador do Rio critica prefeituras por ocupação desordenada em encostas

Witzel sobrevoou áreas mais afetadas pela chuva no Rio de Janeiro

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, sobrevoou ontem (7) áreas atingidas pela chuva e criticou a falta de fiscalização dos municípios fluminenses em relação à ocupação irregular de terrenos. Witzel classificou a situação de abandono e afirmou que o problema se arrasta há décadas.

"O que pude constatar de Guaratiba até o início da [Avenida] Niemeyer é que toda a encosta tem uma ocupação desordenada. Isso é fruto de abandono da organização urbanística da cidade", disse Witzel. "O resultado, infelizmente, são essas tragédias a que estamos assistindo."

Segundo o governador, a Defesa Civil estadual contabiliza 80 mil famílias vivendo em áreas de risco no Rio de Janeiro. "É preciso que os prefeitos façam o seu dever de casa. Eles têm que fiscalizar, notificar, retirar essas pessoas e planejar novas áreas de expansão imobiliária."

O governador antecipou que esse planejamento será tratado



Na Avenida Niemeyer, encosta deslizou e atingiu um ônibus, que tombou sobre a ciclovia.

na Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, fórum que vai reunir prefeitos de 22 municípios e representantes do governo do estado. Ainda neste mês, começarão a ser divulgadas as datas das reuniões.

Witzel disse ainda que será apresentado em breve o projeto

do programa Comunidade Cida-de para as favelas do Vidigal e da Rocinha, áreas duramente atingidas pelo temporal na quarta-feira (6).

"A Cedae [Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro] vai alocar R\$ 500 milhões

em recursos para que possamos abrir ruas com saneamento básico naquela região, fazer a remoção das áreas mais críticas e contar com a colaboração da própria comunidade para construir essas edificações ao longo da Rocinha", informou o governador (ABR).

Operação investiga cobrança de propina em projeto de submarino nuclear

A Polícia Federal (PF) cumpriu ontem (7) três mandados de busca e apreensão, na Operação Submarino, que investiga corrupção na compra de equipamentos pelo Centro Tecnológico da Marinha. Os endereços que foram alvo da ação são ligados a dois engenheiros, um deles trabalha no centro tecnológico que desenvolve os propulsores para o projeto do submarino nuclear brasileiro.

Segundo as investigações, o funcionário pediu R\$ 6 milhões em propina à empresa austríaca Bilfinger Maschinenbau GMBH & CO (MAB), entre 2008 e 2015. A companhia atende ao centro tecnológico e ao Comando Naval Brasileiro Europa (BNCE) fornecendo materiais para pesquisa e serviços em tecnologia nuclear. De acordo com a promotora, a empresa tem ao todo 15 contratos com a Marinha do Brasil. A Justiça Federal bloqueou os bens de contas e das empresas dos engenheiros. Segundo o MPF, o montante sequestrado deve chegar a cerca de R\$ 13 milhões.

Telemedicina: CFM abre prazo de 60 dias para contribuições

O Conselho Federal de Medicina (CFM) abriu prazo de 60 dias para receber contribuições relativas à Resolução nº 2.227/2018, que atualiza critérios para a prática da telemedicina no Brasil. Podem participar do processo conselhos regionais de medicina (CRMs) e demais entidades médicas.

A diretoria do CFM se reuniu em Brasília, com os presidentes dos 27 conselhos regionais (CRMs). Durante o encontro, foram discutidos pontos relativos à publicação da resolução, que tem previsão de entrada em vigor em maio. "O CFM concordou em receber dos CRMs, das entidades médicas e da categoria propostas para o aperfeiçoamento da norma.



O texto estabelece a telemedicina como exercício da medicina mediado por tecnologias.

Elas serão analisadas e poderão ser implementadas, após deliberação do plenário do Conselho Federal de Medicina", informou a entidade.

O detalhamento de como a consulta pública será conduzida será disponibilizado no site do CFM. A Resolução nº 2.227/2018 autoriza a realização de consultas online, telecirur-

gias e telediagnóstico, entre outras formas de atendimento à distância. O texto estabelece a telemedicina como exercício da medicina mediado por tecnologias para fins de assistência, educação, pesquisa, prevenção de doenças e promoção de saúde, podendo ser realizada em tempo real ou offline.

Para o CFM, as possibilidades que se abrem com a mudança normativa são "substanciais", mas precisam ser utilizadas por médicos, pacientes e gestores "com obediência plena" às recomendações. No âmbito da saúde pública, o órgão considera a inovação "revolucionária" ao permitir a construção de linhas de cuidado remoto, por meio de plataformas digitais. (ABR).

Ciência e Tecnologia

ricardosouza@netjen.com.br

News @TI

Ferramenta facilita a organização das vendas para a cadeia do turismo

@A Bela criou a ferramenta financeira Wave, que promete centralizar os processos de vendas do setor. A aplicação tem como principais objetivos eliminar a necessidade de crédito entre toda a cadeia, zerar a inadimplência, reduzir os altos custos com juros, capital de giro e taxas de cartão, além de melhorar a margem de lucro, dar mais autonomia e aumentar as vendas. Para as operadoras de turismo, o controle do estoque é muito complexo. Montar os pacotes de serviços turísticos, significa, por exemplo, que os hotéis 'bloqueiam' uma quantidade fixa de quartos por um determinado período, garantindo que só ela pode usar aquelas unidades, enquanto consegue formatar as demais experiências e preços e então distribuir tudo isso aos agentes de viagens.

Plataforma de e-commerce para troca de criptomoedas por produtos

@AO Grupo Bitcoin Banco lançou a plataforma de e-commerce Get4Bit que permitirá a troca de criptomoedas por produtos diversos. Essa é a primeira plataforma de e-commerce especializada em compras com moedas virtuais no Brasil. O mix de produtos à venda começa com eletrodomésticos, acessórios e produtos de informática e eletrônicos, como notebooks, smartphones, câmeras, relógios e games. A partir da segunda quinzena de fevereiro a Get4Bit oferecerá também produtos dedicados aos entusiastas de criptomoedas, como camisetas femininas e masculinas, canecas personalizadas, roupinhas para bebê e até bandanas para cachorros (https://www.get4bit.com/).

A segurança que os avanços científicos trazem para a agricultura

Atualmente, muito se fala sobre pesticidas, o impacto desses produtos na produção agrícola brasileira e a expectativa do mercado por opções mais eficazes

Andrea Ferraz (*)

Mas o que pouco se aborda é exatamente a ciência por trás de um novo produto fitossanitário e todo o complexo e minucioso processo que resulta em opções mais modernas e seguras.

A cadeia de produção de um novo defensivo é composta por três etapas: a pesquisa de moléculas, os testes de desenvolvimento do produto em si e os procedimentos de avaliação para a obtenção do registro. Durante a fase de pesquisa, aproximadamente 160 mil moléculas são sintetizadas, em busca de ingredientes com potencial para serem usados em novos produtos, cada vez menos tóxicos e mais específicos para determinadas pragas e para atender diferentes culturas agrícolas. Depois da triagem, esses compostos passam por inúmeros testes preliminares, que envolvem análises ecotoxicológicas, alertas de modo de ação e estudos virtuais e in vitro, para garantir a eficácia biológica e a segurança do material. Após toda essa análise, entre 200 e 300 moléculas – menos

de 0,2% das originais – são selecionadas para o estágio seguinte.

Na fase de desenvolvimento, testes de eficácia biológica são feitos em cerca de 5 moléculas selecionadas e, a partir daí, uma variedade de formulações é desenvolvida e submetida a estudos toxicológicos experimentais e a ensaios sobre o destino no ambiente. A partir desse momento, são avaliados os potenciais genotóxicos, cancerígenos, imunotóxicos, neurotóxicos e também efeitos sobre os sistemas endócrinos e reprodutivos. Como se pode ver, há um grande avanço científico, não só no desenvolvimento de produtos com melhor perfil e nas formas de uso desses produtos, mas, principalmente, na ciência aplicada aos procedimentos que suportam as avaliações, como modelos matemáticos que trazem análise de risco ocupacional, dietético e ambiental.

Por fim, na fase de registro, uma molécula é selecionada e sobre ela é entregue um dossiê para os órgãos reguladores responsáveis – MAPA, Anvisa e Ibama – contendo todos os

estudos de eficácia e segurança realizados, para que possam analisar os dados e decidir se concedem ou não o registro.

Em resumo, todo esse processo, que costuma levar de 17 a 20 anos e tem um custo médio de US\$ 286 milhões, considerando desde o início das pesquisas até sua comercialização, está respaldado em uma enorme evolução científica e comprometido com o desenvolvimento de produtos com melhor perfil toxicológico, baseados em processos que nunca foram tão precisos.

Para que os investimentos sigam sendo feitos nesta área, é essencial que haja previsibilidade no processo regulatório. Hoje no Brasil se leva em média 8 anos enquanto outros países de agricultura relevante aprovam novas tecnologias em 2,5 anos em média. Este cenário precisa mudar o mais rápido possível para o bem da agricultura brasileira.

(*) É engenheira-agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e gerente de Ciência Regulatória da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).